

**Tabela 14** - Legislações dos municípios da região Central do litoral de Santa Catarina com reflexo na atividade aquícola. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, classificadas em categorias e com descrição do respectivo assunto normatizado.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Biguaçu	Assistência Técnica	Lei nº 2.955, de 16 de setembro de 2010.	Implantação dos Programas de Empreendedorismo Rural de no Município de Biguaçu.	A ação de assistência técnica e extensão rural deverão estar integradas à pesquisa agrícola, levantamentos e censo agropecuário e aquícola, direcionados aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais.
	Crédito			<p>O crédito rural, instrumento de financiamento da atividade rural, será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação entre eles, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fundos e quaisquer outros recursos, com os seguintes objetivos: favorecer o custeio oportuno e adequado da produção, do extrativismo não predatório e da comercialização de produtos agropecuários e aquícola; propiciar, através de modalidade de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais; desenvolver atividades florestais e aquícola.</p> <p>São beneficiários do crédito rural os produtores e empreendedores rurais assistidos por instituições competentes, pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais se dediquem às seguintes atividades vinculadas ao setor: atividades florestais e aquícola. Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização, quando necessário ao escoamento da produção agropecuária, beneficiadores e agroindústrias que beneficiem ou industrializem o produto, desde que comprovada a aquisição da matéria-prima diretamente de produtores ou suas cooperativas, por preço de mercado.</p>

(continua)

Tabela 14 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Biguaçu	Infraestrutura	Lei nº 2.861, de 22 de dezembro de 2009.	Institui o Cadastro Técnico Municipal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.	Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais sob fiscalização da Fundação Municipal de Meio Ambiente – FAMABI. AQUICULTURA – Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em açudes (SISTEMA I). Pot. Poluidor/Degradador: P – Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em viveiros (SISTEMA II). Pot. Poluidor/Degradador: M – Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Mornas (SISTEMA III). Pot. Poluidor/Degradador: P – Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Frias (SISTEMA IV). Pot. Poluidor/Degradador: M – Unidade de Produção de Alevinos (SISTEMA VI). Pot. Poluidor/Degradador: M – CARCINICULTURA – Unidade de Produção de Camarões. Pot. Poluidor/Degradador: M – MALACOCULTURA – Unidade de Produção de Moluscos. Pot. Poluidor/Degradador: P.
	Política	Lei nº 2.955, de 16 de setembro de 2010.	Implantação dos Programas de Empreendedorismo Rural no Município de Biguaçu.	O Poder Público implementará programas de estímulo às atividades criatórias de peixes e outros produtos de vida fluvial, lacustre e marinha de interesse econômico, visando ao incremento da oferta de alimentos e a preservação das espécies.  Os programas fundamentam-se nos seguintes pressupostos: II – o empreendedorismo rural é constituído por segmentos como: produção aquícola, animal e vegetal, agroindústria, comércio, abastecimento, o entretenimento, turismo, lazer e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado; V – a produção aquícola, animal e vegetal ocorre em estabelecimentos rurais heterogêneos quanto à estrutura fundiária, condições edafoclimáticas, disponibilidade de infraestrutura, capacidade empresarial, níveis tecnológicos e condições sociais, econômicas e culturais.

(continua)

Tabela 14 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Biguaçu	Política	Lei nº 2.955, de 16 de setembro de 2010.	Implantação dos Programas de Empreendedorismo Rural no Município de Biguaçu.	São objetivos dos programas de Empreendedorismo Rural: promover e estimular o desenvolvimento da ciência e da tecnologia aquícola, animal e vegetal pública e privada, em especial aquelas voltadas para a utilização dos fatores de produção local; possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos das políticas de desenvolvimento rural e aquícola.
	Política	Lei Orgânica do Município de Biguaçu.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Biguaçu.	Incentivará as atividades da pesca como fontes de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda. Fomentar a produção agrícola, agropecuária, pesca e organizar o abastecimento alimentar.
Florianópolis	Cultura	Lei nº 5.847, de 04 de junho de 2001.	Fica criada a denominação oficial de todas as praias do Município de Florianópolis de acordo com o inventário (em anexo I) e o mapa de localização (anexo II), parte integrante desta Lei.	A denominação oficial das praias: 2 - PRAIAS LACUSTRES - GRUPO INSULAR 083 - PRAIA DA LAGOA DO PERI 084 - PRAIA DA COSTA DA LAGOA 085 - PRAIA DO CENTRO OU DA FREGUESIA DA LAGOA 086 - PRAIA DAS AREIAS DA LAGOA OU DAS RENDEIRAS 087 - PRAIA DO RETIRO DA LAGOA.
	Cultura	Lei nº 7.973, de 28 de setembro de 2009.	Fica o Poder Executivo autorizado a promover a distribuição gratuita de prêmios, consignados em bilhetes, por sorteio, a título de incentivo ao movimento econômico, artístico e cultural da "XIª FENAOSTRA".	Aquisição de ingressos numerados e participação em sorteio que dão acesso a "XIª Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana (FENAOSTRA)".

(continua)

**Tabela 14** (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Infraestrutura	Decreto nº 12.852, de 20 de março de 2014.	Tomba como Patrimônio Paisagístico e Cultural, a orla de coqueiros e de Itaguaçu juntamente com as pedras de formação granítica conhecida por "Pedras de Itaguaçu" situados em Florianópolis.	A área tombada fica classificada como non aedificandi, ficando ressalvadas a construção de elementos de uso público tais como trapiches, passeios públicos e ciclovias e melhoria da faixa de areia ou similares voltados para o lazer e o desfrute da paisagem, que venham agregar à paisagem natural composta pela orla, desde que os projetos sejam devidamente analisados e aprovados pelo SEPHAN. O antigo trampolim localizado na Praia da Saudade deverá ser preservado como marco referencial, admitindo-se adequações desde que seja garantido o uso original. Admite-se equipamentos necessários ao bom desenvolvimento da atividade da pesca artesanal, sendo proibida a instalação de equipamento para maricultura, por serem elementos que descaracterizam a paisagem protegida.
	Infraestrutura	Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	Os ocupantes e os foreiros dos terrenos de marinha poderão, na parte do imóvel definida como afastamento das edificações, reservada a área exigível para circulação de pedestres, realizar trabalhos de ajardinamento, horticultura e arborização, bem como implantar equipamentos sumários de lazer e recreação e ranchos rústicos para guarda de embarcações destinadas à pesca artesanal e à maricultura.

(continua)

Tabela 14 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Infraestrutura	Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	O Poder Público garantirá o livre acesso e circulação de pedestres pela orla marítima, lacustre e fluvial, por via terrestre, no interesse geral da pesca, maricultura, da navegação, do lazer e do turismo. Quando autorizada a construção de diques de defesa contra a invasão de águas do mar, atracadouros, marinas e terminais pesqueiros, deverá ser reservado local para a passagem de pedestres. É proibida toda ocupação e uso permanente das praias, contrários à sua destinação principal de uso público comum. Aplica-se o dispositivo neste artigo inclusive às praias que, encravadas em terrenos particulares, não sejam acessíveis por terra. Nas vias exclusiva de pedestres, caracterizadas como calçadas, os serviços de alimentação e os usos culturais poderão ocupar até trinta por cento da largura do respectivo logradouro frontal com mesas e equipamentos mediante autorização a título precária pelo Município, garantida a circulação de veículos de atendimento emergencial. O uso de calçadas, conforme estabelece parágrafo anterior, deverá ser exercido mediante pagamento de taxa a ser estabelecida pelo Município. Os pagamentos poderão ser efetivados na forma de serviços, em especial em eventos culturais que contribuam para o vivenciamento dos espaços urbanos da cidade.

(continua)

**Tabela 14** (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Infraestrutura	Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	Os terrenos de marinha são "non aedificandi", ressalvados os usos públicos necessários e as seguintes exceções: quando o uso das edificações tais como ranchos e outras edificações sumárias para abrigo de embarcações e equipamentos de trabalho, destinar-se à prática da pesca artesanal, da aquicultura e do extrativismo marinho de conchas e moluscos respeitadas as normas de ocupação previstas nesta Lei Complementar; e As exceções do presente artigo não se aplicam aos terrenos de marinha, quando: I - a profundidade do lote que não confine com terras alodiais for inferior a vinte e cinco metros, exceto quando para construção ou reforma de rancho destinado a pesca artesanal e edificação destinada a atividade da aquicultura.
				São diretrizes do Plano Diretor do Município de Florianópolis: a revitalização e a requalificação das orlas marítima e lacustre do Município, garantindo e facilitando nestas o livre acesso do público, desobstruindo e implantando caminhos, valorizando as atividades turísticas e de lazer, implantando infraestrutura náutica, incentivando o transporte marítimo e apoiando a pesca artesanal e a aquicultura.
				São usos permitidos em APP as atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental como a implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo, a construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro, e a implantação de parques urbanos e parques lineares, inclusive com suas instalações de apoio, bem como a construção ou reforma de rancho destinado a pesca artesanal e edificações destinadas à atividade da aquicultura.

(continua)

Tabela 14 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Florianópolis	Piscicultura	Decreto nº 91, de 01 de junho de 1982. (regulamenta a Lei nº 1828 de 03 de dezembro de 1981)	Cria o "Parque Municipal da Lagoa do Peri" e instituiu seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	Dentre os usos e atividades permitidos na Área de Lazer tem-se o Centro de Piscicultura.
	Piscicultura	Lei nº 1.828, de 03 de dezembro de 1081.	Cria o "Parque Municipal da Lagoa do Peri" e institui o seu Plano Diretor de ocupação e uso do solo.	Dentre os usos e atividades permitidos na Área de Lazer tem-se o Centro de Piscicultura.
	Política	Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Florianópolis.	São diretrizes do Plano Diretor do Município de Florianópolis: o incentivo às atividades produtivas locais através do apoio ao empreendedorismo e a mecanismos de geração de emprego e renda, em especial nas áreas de inovação tecnológica, cultura, lazer, pesca, gastronomia, turismo, artesanato, agropecuária, agricultura urbana e aquicultura.
Governador Celso Ramos	Área de Proibição	Lei nº 720, de 28 de março de 2011.	Dispõe sobre o zoneamento do uso do solo do entorno do aeródromo - zuseado do Município de Governador Celso Ramos.	Será considerada Zona de Proteção de Ruído do Aeródromo de Governador Celso Ramos – ZPR, a área, representada por superfícies imaginárias, sujeita a níveis críticos de incômodo causado pelo ruído das aeronaves de acordo com o Plano Básico de Zoneamento de Ruído – PBZR. A área 1 – composta pela área de cem metros (100,00m) de cada lateral da pista prolongando até trezentos metros (300,00m) de cada cabeceira e, por estar mais próxima à pista, resulta num ruído mais intenso, podendo causar sérios problemas de incômodo conforme o tempo de exposição.

(continua)

**Tabela 14** (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Governador Celso Ramos	Área de Proibição	Lei nº 720, de 28 de março de 2011.	Dispõe sobre o zoneamento do uso do solo do entorno do aeródromo - zuseado do Município de Governador Celso Ramos.	I - área 1 - esta mais próxima à pista, resulta num ruído mais intenso, podendo causar sérios problemas de incômodo conforme o tempo de exposição. Na ÁREA 1 são permitidas a implantação, o uso e o desenvolvimento das atividades abaixo relacionadas, desde que atendam os requisitos exigidos na SEÇÃO III (Zona de Proteção ao Aeródromo), em seus diversos artigos: I - Produção e extração de recursos naturais: a) agricultura; b) piscicultura; c) silvicultura; d) mineração; e) atividades equivalentes.
Governador Celso Ramos	Resíduos	Lei Complementar nº 653, de 19 de outubro de 2009.	Disciplina o Tratamento de lixo, esgoto e entulhos para a preservação do meio ambiente do Município de Governador Celso Ramos.	Fica proibido colocar casca de camarão, marisco, escamas e resíduos de peixes nas calçadas, encostas de morro, ruas, praias, rios, mar ou Áreas de Preservação Permanente - APP. Fica proibido despejar óleo diesel, lubrificante, tintas e demais produtos químicos utilizados na manutenção de embarcações no mar, rios, praias ou em área de APP.
Palhoça	Sanidade	Lei nº 3.375, de 29 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.	Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, para efeito da presente Lei, qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados, rotulados com finalidade comercial ou industrial, a carne e seus derivados, os ovos, o mel e a cera de abelhas e seus derivados, o leite e seus derivados, o pescado e seus derivados, moluscos e crustáceos, bem como os produtos utilizados para a sua industrialização.

(continua)

Tabela 14 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Palhoça	Sanidade	Lei nº 3.375, de 29 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.	<p>Fica instituído o Serviço de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal (SIM/POA), vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca ao qual compete: regulamentar e normatizar; a implantação, a construção, a reforma e o aparelhamento dos estabelecimentos destinados à obtenção de matéria-prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal e in natura; o transporte de produtos de origem animal in natura, industrializados ou beneficiados; a embalagem e a rotulagem de produtos de origem animal e in natura; executar a inspeção sanitária de produtos de origem animal e in natura; promover o registro dos estabelecimentos referidos na alínea “a” do inciso I deste artigo e da embalagem e rotulagem dos produtos de origem animal e in natura; fiscalizar o cumprimento das normas e regulamentos decorrentes desta Lei.</p> <p>Ficam sujeitos ao registro no SIM/POA todos os estabelecimentos que abatam animais, produzam matéria-prima, manipulem, beneficiem, preparem, embalem, transformem, envasem, acondicionem, depositem, industrializem a carne, o pescado, o leite, o mel, o ovo, a cera de abelhas e todos os respectivos subprodutos derivados, conforme classificação constante desta Lei na sessão III, e que não possuem registro nos Serviços de Inspeção Federal (SIF) ou Estadual (SIE).</p>

(continua)

Tabela 14 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Palhoça	Sanidade	Lei nº 3.375, de 29 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.	Os estabelecimentos de pescados e derivados, moluscos e crustáceos, compreendem: entrepostos de pescados e derivados que são os estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio de pescado; os estabelecimentos industriais que são os estabelecimentos dotados de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento e industrialização de pescado por qualquer forma. Para efeito de identificação da classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal na rotulagem, fica determinada a seguinte nomenclatura: P: para todos os estabelecimentos de pescados e derivados, moluscos e crustáceos.
São José	Fiscalização	Lei nº 3.619, de 30 de novembro de 2000.	Acrescenta itens ao art. 3º, da Lei nº 3.048, de 28 de agosto de 1997, que institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Agricultura - FMA/PEDRA do Município de São José.	A FMA/PEDRA do Município de São José tem atribuição de fiscalizar e normatizar as atividades de Maricultura e Pesca, quanto a produção e comercialização do produto.
	Política			A FMA/PEDRA do Município de São José deverá promover e implantar a Política Municipal de Aquicultura, apoiando e desenvolvendo projetos nas áreas de Maricultura e Pesca.
Tijucas	Área Permitida	Lei Complementar nº 05, de 26 de novembro de 2010.	Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Tijucas.	Nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é admitida, nas áreas de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que: I - sejam adotadas práticas sustentáveis de manejo de solo e água e de recursos hídricos, garantindo sua qualidade e quantidade, de acordo com norma dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente; II - esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos.
	Gerenciamento Costeiro	Lei nº 1.908, de 07 de dezembro de 2004.	Cria o zoneamento costeiro para a carcinicultura.	O zoneamento criado tem áreas com classes de aptidão para o cultivo de crustáceo, em especial camarão.